



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ISSN: 1806-9584

Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de
Comunicação e Expressão da Universidade Federal de
Santa Catarina

Dancosky, Andressa Kikuti; Mick, Jacques; Rocha, Paula Melani
Masculização e desfeminilização no jornalismo em crise no Brasil (2012-2017)

Revista Estudos Feministas, vol. 30, núm. 2, e75032, 2022

Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação
e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina

DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n275032>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38172849004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

Masculização e desfeminilização no jornalismo em crise no Brasil (2012-2017)

Andressa Kikuti Dancosky¹  0000-0001-9486-8465

Jacques Mick¹  0000-0001-8456-9488

Paula Melani Rocha²  0000-0001-5525-6650

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
88040-900 – ppgjor@contato.ufsc.br; dejorufsc@gmail.com

²Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, Brasil.
84010-790 – mestradojornalismo@uepg.br; deptjorn@uepg.br



Resumo: No artigo, analisamos o fenômeno, aparentemente paradoxal, da desfeminilização do jornalismo brasileiro em função da crise econômica combinada às transformações estruturais do ofício. O objeto de estudo são os resultados de um painel sobre trajetórias profissionais de jornalistas brasileiras, com surveys produzidos em 2012 e 2017, num contexto de riscos biográficos produzidos por uma combinação de fatores (relacionados ao sistema capitalista, ao setor de mídia e à condição sociopolítica do país). O cotejamento dos dados dessa pesquisa com a bibliografia que aborda a divisão sexual do trabalho nos leva a reiterar a natureza histórica e estrutural da desigualdade de gênero, cujo reconhecimento favorece a compreensão do fenômeno que atinge as trabalhadoras contemporâneas.

Palavras-chave: jornalismo; sociologia do trabalho; mulheres jornalistas; divisão sexual do trabalho; trajetórias profissionais.

Masculization and defeminization in journalism in crisis in Brazil (2012-2017)

Abstract: The article analyzes the apparently paradoxical phenomenon of the de-feminization of brazilian journalism due to the economic crisis combined with the structural transformations of the profession. The object of study are the results of a panel on the professional trajectories of brazilian journalists, with surveys produced in 2012 and 2017, in a context of biographical risks produced by a combination of factors (related to the capitalist system, the media sector and the socio-political condition from the country). The comparison of data from this research with the bibliography that addresses the sexual division of labor leads us to reiterate the historical and structural nature of gender inequality, whose recognition favors the understanding of the phenomenon that affects contemporary workers.

Keywords: Journalism; Sociology of work; Women journalists; Sexual division of labor; Professional trajectories.

Masculización y desfeminización en el periodismo en crisis en Brasil (2012-2017)

Resumen: El artículo analiza el fenómeno aparentemente paradójico de la desfeminización del periodismo brasileño debido a la crisis económica combinada con los cambios estructurales en la profesión. El objeto de estudio son los resultados de un panel sobre las trayectorias profesionales de los periodistas brasileños, con encuestas realizadas en 2012 y 2017, en un contexto de riesgos biográficos producidos por una combinación de factores (relacionados con el sistema capitalista, el sector mediático y el condición sociopolítica del país). La comparación de los datos de esta investigación con la bibliografía que aborda la división sexual del trabajo nos lleva a reiterar el carácter histórico y estructural de la desigualdad de género, cuyo reconocimiento favorece la comprensión del fenómeno que afecta a las trabajadoras contemporáneas.

Palabras clave: periodismo; sociología del trabajo; mujeres periodistas; división sexual del trabajo; trayectorias profesionales.

Introdução

No início do século XX, em muitos países, jornalistas vivenciavam condições de trabalho bastante precárias (ILO, 1928), tendo passado, ao longo dos anos, por um lento processo de profissionalização. Aliada ao surgimento de mais empregos no setor, a profissionalização contribuiu para o aperfeiçoamento gradativo das condições de trabalho (Guy BOHÈRE, 1984). Com a chegada e o avanço da internet, no entanto, e a expansão da perspectiva econômica da hiperconcorrência na virada para o século XXI, instaurou-se uma crise de governança no jornalismo (Jacques MICK; Luisa TAVARES, 2017), cujas nuances são econômicas, políticas, sociais, editoriais, éticas. Ela impactou os pilares estruturais do seu processo de produção e desestabilizou os cinco mercados que, até então, atuavam em relativo equilíbrio na indústria jornalística: mercado de anunciantes, mercado das fontes, mercado profissional (entendido aqui como mercado de trabalho), mercado financeiro, mercado das empresas jornalísticas (Jean CHARRON; Jean DE BONVILLE, 2016).

Para que resultados fossem mantidos ou para limitar prejuízos, as mídias jornalísticas reduziram o uso de força de trabalho e muitos profissionais foram dispensados de seus postos. Como sugerem Felipe Pontes e Mick (2018, p. 3), “os jornalistas de mídia sofreram com particular intensidade os efeitos da crise que ajudaram a amplificar”.¹ Entre 2012 e 2018, foram 7.817 demissões em empresas de mídia, sendo que, destes, 2.327 eram jornalistas afastados de redações² (VOLT, 2018). Quem permaneceu empregado na mídia acabou acumulando mais funções e horas de trabalho (Roseli FIGARO, 2018), muitas vezes sem variação salarial; ou então teve de modificar o contrato de trabalhador(a) com carteira assinada para prestador(a) de serviço, resultando em perda de direitos trabalhistas e aumentando a instabilidade e insegurança das e dos profissionais (Aline LEITE, 2015; Paula ROCHA, 2017; Abinoan Santiago SANTOS; Paula Evelyn BARBOSA; ROCHA, 2018).³ Esse cenário não é circunscrito ao Brasil: Henrik Örnebring (2018) verificou a precarização e a flexibilização do trabalho jornalístico em 14 países europeus de 2008 até 2017, e percebeu, ainda, certa aceitação dessa precariedade como algo “natural” por parte dos jornalistas, uma consequência alinhada a normas profissionais como empreendedorismo e meritocracia.

Esse cenário de crise e precarização da carreira é composto, em sua maioria, por mulheres e pessoas jovens, recém-formadas (ROCHA; Jorge Pedro SOUSA, 2008; Samuel LIMA; MICK, 2013). Se em 1995 as mulheres representavam 28% das jornalistas em perspectiva global, em 2009, esse número aumentou para 37%, atingindo 47% na Europa em 2012 (Thomas HANITZSCH; Folker HANUSCH, 2012). No Brasil, as mulheres representavam, em 2012, 64% de profissionais no setor (LIMA; MICK, 2013). Se, por um lado, o jornalismo parece estar se tornando mais feminino do ponto de vista quantitativo, por outro lado, isso não significa um tratamento mais igualitário nas questões de gênero, no que diz respeito às relações de trabalho dentro das redações, ou na representação das mulheres nas reportagens.

Nosso objetivo, nesse artigo, é demonstrar como as desigualdades de gênero nas trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil do início do século XXI são explicadas pelos alicerces históricos nos quais o próprio campo do jornalismo é estruturado: a feminilização e a feminização da profissão, que ocorrem em um ambiente ainda pautado por valores masculinistas, bloqueando sua transformação. Para isso, discutiremos os resultados, com recorte em gênero, de um painel composto por dois surveys produzidos em 2012 e 2017 sobre as trajetórias profissionais de jornalistas.

As trajetórias de jornalistas brasileiras são tomadas aqui como exemplo do que tem ocorrido em profissões variadas e em muitos países nas últimas décadas, como reflexos, sobre os mundos do trabalho, da crise estrutural do capitalismo, intensificada por mutações tecnológicas, aumento populacional e dificuldades econômicas posteriores ao colapso financeiro de 2008 nos países ricos.⁴ No Brasil, em 2019, o desemprego atingiu 13,2 milhões de pessoas (12,5% da população em idade produtiva) (Maria Andreia LAMEIRAS et al., 2019). Essas taxas haviam

¹ No Brasil, os jornalistas foram protagonistas da crise política e social que afeta o país desde 2013, já que a mídia jornalística cumpriu papel importante na formação da opinião pública favorável ao golpe parlamentar de 2016, que depois a presidente Dilma Rousseff e fomentou a polarização política no país.

² De acordo com a metodologia do estudo, são contabilizados apenas os “passarinhos” ou demissões em massa noticiados em sites especializados, deixando de fora dessa conta as situações individuais, de modo que o total de demissões certamente é muito maior do que os números expressos pelo site.

³ No Brasil, a reforma trabalhista de 1943 derrubou parte dos direitos adquiridos com a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) em 1º de maio de 1943. Além disso, outras formas contratuais foram legalizadas, acentuando a insegurança e a desigualdade sociais.

⁴ No Brasil, medidas anticíclicas foram bem-sucedidas em adiar os efeitos do colapso financeiro e conduziram a um período de crescimento econômico e moderada distribuição de renda, com efeitos positivos sobre o emprego, inclusive na mídia. Tais medidas chegaram a seu limite em 2014; a deterioração da economia, combinada a uma série de equívocos políticos e de política econômica, contribuíram para uma situação de enorme instabilidade sociopolítica, que persistia até a conclusão deste texto, sem que o crescimento econômico tivesse sido retomado (PONTES; MICK, 2018).

crescido ao longo dos anos, e o número de pessoas desempregadas havia mais de dois anos subira 42,4% desde 2015. O desemprego de longo prazo atinge mais fortemente as mulheres: entre as desocupadas, 28,8% estão nessa situação há pelo menos dois anos, contra 20,3% dos homens desempregados na mesma condição.

Compreendendo que os efeitos quantitativos e qualitativos da inserção e permanência de mulheres no mercado de trabalho são distintos, embora estejam vinculados, Silvia Yannoulas (2011) propõe o uso de categorias específicas para cada um dos processos: “feminilização”, para se referir ao aumento numérico de mão de obra feminina em determinado tipo de ocupação, e “feminização”, que diz respeito às transformações qualitativas, vinculadas à imagem simbólica do feminino predominante em determinado período e cultura. Para a autora, a utilização dessas categorias – que não são neutras – não possui valor apenas heurístico ou especulativo. Ao contrário, orienta escolhas políticas para compreender as formas e perspectivas da participação feminina no mundo do trabalho.

Postulamos que existe uma intensa relação entre o acesso massivo de mulheres em uma determinada profissão ou ocupação (feminilização, contabilidade de pessoas de sexo feminino ou fêmeas) e a progressiva transformação qualitativa da mesma (feminização, caracterização e tipificação de uma ocupação ou profissão). Com o ingresso massivo de mulheres, diminuem as remunerações e o trabalho perde prestígio social. Sob outra perspectiva, quando as profissões se feminizam, passam a ser entendidas como extensão no espaço público da função privada de reprodução social (função dos cuidados). Assim, ao analisar a mudança na existência objetiva de uma profissão (feminilização), é necessário entender como e por que aconteceu a mudança (feminização de atributos, características descriptivas que determinam e regulam o exercício da profissão ou ocupação) (YANNOULAS, 2011, p. 284).

A compreensão dos sentidos implicados pelos processos de feminização não é, contudo, homogênea. Segundo Yannoulas (2013), algumas especialistas atribuem à feminização um sentido subversivo, de desregramento do sistema social (no caso de mulheres ocupando profissões ou cargos antes reservados aos homens, e transformando-os a seu favor), outras consideram a entrada massiva de mulheres nas profissões, *per se*, uma vitória no sentido da igualdade. Mas a abordagem mais comum é aquela que interpreta tal processo nos seus aspectos negativos, associando-o à precarização, vulnerabilização e desvalorização de determinada profissão (Donna HARAWAY, 2009).

A feminilização (quanti) produz sempre alguma mudança substantiva na profissão, ou seja, feminização (quali), ainda que restrita às condições de trabalho e com sentido análogo ao de precarização, como demonstram estudos na saúde (Rosa MONTEIRO; Vivalda FREITAS; Fernanda DANIEL, 2018), no mundo corporativo (Thaís PRONI; Marcelo PRONI, 2018) e em outras áreas do conhecimento. A feminização pode ser considerada, portanto, uma categoria de análise em construção, que permite olhar para o mercado de trabalho e ver como a participação feminina em massa altera as relações e organização do trabalho, o que não significa, necessariamente, tornar a profissão mais feminina. Mesmo tendo passado, nas últimas décadas, pelo processo de feminilização, o jornalismo permaneceu sendo uma profissão com valores masculinizados.⁵ A feminilização produziu efeitos restritos em termos de feminização, ou seja, ainda não foi possível perceber uma transformação substancial na forma segundo a qual a atividade jornalística é organizada: a distribuição de pautas permanece generificada, mulheres ganham menos exercendo as mesmas funções, elas são as maiores vítimas de assédio na profissão e têm maiores dificuldades em alcançar cargos de chefia, embora haja, nos últimos anos, uma maior ocupação delas nas chefias médias, porém com alto custo à vida pessoal dessas profissionais (Ana Paula BANDEIRA, 2019). Por conta da histórica divisão sexual do trabalho, muitas sentem que precisam optar entre ter uma relação conjugal e a profissão, entre ter filhos ou subir na carreira, enquanto essa escolha não é tão exigida de seus colegas homens. Como afirma Nicky Le Feuvre (2008 *apud* YANNOULAS, 2013, p. 40):

O ingresso de mulheres em territórios masculinos está caracterizado pelo alinhamento das mulheres à norma masculina, isto é, pela aproximação das profissionais à disponibilidade permanente e pelo distanciamento das mesmas à sua ‘destinação prioritária’ à esfera doméstica e às atividades de cuidado.

Há, desse modo, correlações entre os processos de reestruturação e precarização do mercado e da profissão, a feminilização e posterior desfeminilização do jornalismo no contexto de crise – relação ainda invisibilizada por muitos estudos publicados na área, como alerta Thales Lelo (2019). A manutenção do jornalismo como atividade masculinizada favorece o movimento de expulsão das mulheres da profissão em contextos de crise, a desfeminilização, hipótese que este artigo examinará com base no estudo de trajetórias profissionais de jornalistas de mídia.

⁵ Por simetria à distinção conceitual que estamos adotando para o trabalho das mulheres, poderíamos falar em “masculinização” para o domínio quantitativo de profissões por homens e em “masculização” para os efeitos qualitativos desse processo.

O texto está estruturado em três partes: a primeira reúne algumas ocorrências históricas que explicam a desigualdade de gênero e de raça como parte estruturante do sistema capitalista, a partir de autoras como Silvia Federici (2017), Verônica Gago (2018), Helena Hirata (2011), Sueli Carneiro (2019), Angela Davis (2016), entre outras; a segunda apresenta os resultados dos surveys sobre trajetórias profissionais de mulheres jornalistas brasileiras, produzidos com as mesmas respondentes em 2012 e em 2017; na terceira parte, procuramos estabelecer uma relação entre feminilização, desfeminilização e precarização no mundo do trabalho das jornalistas (fenômenos identificados pelo survey), apoiados em autores como Lelo (2019) e Márcia Veiga da Silva (2012).

Acumulação, transformações do trabalho e exclusão das mulheres no capitalismo: das origens até os dias atuais

Neste artigo, partimos do pressuposto de que as desigualdades de gênero não apenas são parte do sistema capitalista, como são estruturantes desse modo de produção. Ou seja, há formas específicas de violência contra mulheres – divisão sexual de trabalho, subordinação e domesticação – que não atingiram nem atingem os trabalhadores masculinos da mesma forma e com a mesma intensidade. Federici (2017; 2019) esmiúça as origens dessas desigualdades, propondo uma releitura de Marx para fazer algo que ele não fez: considerar o papel fundamental da exploração de mulheres no surgimento e consolidação do capitalismo.

Se Marx tivesse reconhecido que o capitalismo depende tanto de uma imensa quantidade de trabalho doméstico não remunerado para a reprodução da força de trabalho quanto da desvalorização dessas atividades reprodutivas para diminuir os custos com a força de trabalho, ele poderia ter sido menos inclinado a considerar o desenvolvimento capitalista como inevitável e progressivo (FEDERICI, 2019, p. 195).

Sem a pretensão de esgotar o tema, apresentamos algumas ocorrências históricas que evidenciam o papel central da desigualdade de gênero e de raça como sustentação do sistema capitalista, em suas origens e em sua versão atual, construída a partir da ideologia neoliberal. Como afirma Federici (2017, p. 17), “cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva e mostra que a degradação das mulheres, entre outros aspectos, é condição necessária para a existência do capitalismo em qualquer época”.

No século XIV, as primeiras mudanças ocorridas durante a “transição”⁶ do feudalismo para o capitalismo foram os cercamentos das terras comunais, antes abertas, coletivas e centrais na vida da população camponesa. Essas terras foram sendo gradualmente privatizadas, passando a pertencer a quem tinha riqueza suficiente para comprá-las (ou cercá-las, ocupá-las e roubá-las). A quem não tinha, restaram poucas opções: ou trocar força de trabalho por dinheiro, conferindo aos empregadores o poder de decidir jornadas de trabalho e salários, ou recusar-se a essa lógica e passar a viver como nômades e mendigos (FEDERICI, 2017).

Para as mulheres, porém, a escolha era mais cruel: o nomadismo as expunha ainda mais à violência masculina, em um momento de crescente misoginia; muitas delas também tinham mobilidade reduzida devido à gravidez e ao cuidado com filhos pequenos, o que as privava de optar por uma vida itinerante. Se ficassem nas terras privatizadas, teriam poucas opções de trabalho assalariado, e a remuneração seria desigual: no século XIV, uma mulher recebia metade da remuneração de um homem para realizar a mesma função; no século XVI, elas ganhavam somente um terço do salário masculino (já insuficiente), sendo posteriormente impedidas de sustentar-se sozinhas com o trabalho assalariado – fator que ajuda a explicar a expansão da prostituição no período (FEDERICI, 2017).

Durante os séculos XVI e XVII, além das várias medidas de disciplinamento da classe trabalhadora e proibição de formas de sociabilidade e sexualidade coletivas adotadas por países europeus, a fome, as guerras, as pestes e os assassinatos em massa provocaram na Europa e nas colônias uma crise populacional. Na América do Sul, no século que sucedeu à “Conquista”, a população caiu para em torno de 75 milhões, o que representava uma queda de 95% de seus habitantes. Foi esse decréscimo populacional⁷ a justificativa empregada para a reprodução de seres humanos ter sido transformada em assunto do Estado (FEDERICI, 2017). Mulheres perderam o direito ao controle de seus corpos, intensificou-se a caça às bruxas e a família foi promovida à instituição-chave para garantir a reprodução da força de trabalho e a transmissão de propriedade. O trabalho doméstico, além de não remunerado, passou a ser tratado como “vocação natural” feminina.

⁶ Utilizamos o termo “transição para o capitalismo”, aqui apenas no sentido cronológico, e não no sentido de um processo em “evolução”, uma vez que, em concordância com Federici (2017), o compreendemos como contrarrevolução às lutas antifeudais, portanto, como sistema imposto, e não evolutivo desde o feudalismo.

⁷ E não a fome do século XVII, como defende Foucault.

As mulheres negras e escravas sempre trabalharam diariamente nas lavouras, nas ruas e nas “Casas Grandes”, durante o período colonial nas Américas. Elas eram violadas, controladas e tratadas como propriedades em uma relação de coisificação, não eram vistas como mulheres; essa forma de tratamento era direcionada às mulheres brancas. “As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina dessas mulheres” (CARNEIRO, 2019, p. 313). Com o fim da escravidão, a exploração e a sujeição das mulheres negras continuaram, inclusive pelas mulheres brancas, muitas vezes suas “patroas” (DAVIS, 2016; CARNEIRO, 2019). O capitalismo se apropriou do legado escravocrata e beneficiou-se com o racismo institucional na exploração do trabalho, colocando as mulheres negras nos serviços mais precários e com menor remuneração. Para Davis (2016), as opressões de classe, gênero e raça não estão dissociadas no sistema capitalista; elas atuam conjuntamente e não há primazia de uma sobre a outra.

Passados séculos, as desigualdades de gênero, raça e classe continuam a sustentar o sistema capitalista, ainda que a luta dos movimentos feministas tenha conquistado direitos inegáveis na direção de melhores condições de vida e trabalho para mulheres, especialmente a partir do século XX. O neoliberalismo – principal responsável pelas recentes reestruturações produtivas observadas no mundo do trabalho – foi instalado na América Latina durante as ditaduras militares (Verónica GAGO, 2018). Nesse período, houve a liberalização do comércio e a ampliação da concorrência internacional, o que regrediu ou estagnou o emprego masculino, ao mesmo tempo que aumentou o trabalho remunerado de mulheres ao redor do mundo (Helena HIRATA, 2001). No entanto, a elas foram reservados postos precários e vulneráveis, com piores salários. E não havendo mudança substancial na divisão do trabalho doméstico, ao invés de simplesmente “trabalharem fora”, as mulheres acabaram acumulando atividades dentro e fora de casa, assumindo jornadas duplas ou triplas. E são propriamente essas jornadas que as impedem, muitas vezes, de dedicar-se mais ao trabalho remunerado, tendo como consequência a dificuldade de ascender a postos mais altos, retroalimentando o sistema de opressão e desigualdade que perpetua homens em posições de comando.

Gago (2018) aponta que a grande inovação do neoliberalismo é ser uma forma de governar através do impulso às liberdades. Ele o faz a partir de uma narrativa palatável de sucesso individual, baseado na inspiração, na meritocracia e na “solução empreendedora”, que privilegia o trabalho por conta própria ao invés do assalariado (Vander CASAQUI, 2018). Essa artimanha é política, pois dificulta enxergar o problema como questão coletiva e estrutural, e também se configura como um modo de subjetivação da ordem patriarcal (GAGO, 2020), porque desconsidera os marcadores de gênero, raça e classe na narrativa sobre o “sucesso” ou o “fracasso”, ignorando o papel das mulheres, sobretudo das mulheres negras e pobres, na reprodução da força de trabalho (o que inclui atividades domésticas e de cuidado).

As mulheres jornalistas: precarização, feminização e divisão sexual do trabalho nas trajetórias profissionais

Na última década, diferentes fenômenos combinados produziram efeitos sobre o trabalho jornalístico: as transformações derivadas da financeirização do capital intensificada depois da crise de 2008 se uniram às mudanças estruturais no jornalismo, relacionadas à tecnologia e à reconfiguração dos públicos; no Brasil, além disso, o ofício esteve no centro da crise sociopolítica e econômica posterior a junho de 2013. Os dados discutidos a seguir foram produzidos por uma pesquisa interessada em compreender como se deram as trajetórias profissionais de jornalistas nesse contexto de elevado risco biográfico, ou seja, quando o percurso da vida dos sujeitos depende mais da experiência individual, perpassada por casualidades (ex. acidentes) e intencionalidades (ex. escolhas), do que de fatos previamente estabelecidos como origem social, família nuclear e religião (Estevão BOSCO; Leila FERREIRA, 2016).

A pesquisa ouviu, em 2017, 1.233 jornalistas⁸ que haviam respondido a uma pesquisa de perfil profissional cinco anos antes. Como num painel, as respostas aos dois *online surveys* permitiram observar movimentos nas carreiras produzidos por esses e essas profissionais em cinco anos. O período em que a pesquisa ocorreu foi peculiar para o jornalismo brasileiro, marcado por transformações no processo de trabalho, pelo fechamento de inúmeras empresas do setor e pela fragilização da credibilidade no Jornalismo enquanto instituição. Demissões acompanhadas de precarização do trabalho (intensificação da exploração, alongamento de jornada, eliminação de direitos, deterioração da qualidade dos contratos) e abandono precoce das carreiras foram algumas das principais consequências das crises sobre as trajetórias profissionais das jornalistas observadas no estudo (PONTES; MICK, 2018; MICK; Sabina ESTAYNO, 2018), em linha com outras investigações sobre a categoria no período (Janara NICOLETTI; MICK, 2018; FIGARO, 2018).

⁸ Utilizou-se a base de dados da pesquisa de Perfil do Jornalista Brasileiro, o primeiro censo produzido especificamente sobre a profissão. Os dados de 2012 e 2017 são relativos aos mesmos sujeitos, o que permite aferir suas trajetórias.

Um recorte de gênero dos dados dessa pesquisa foi apresentado por Andressa Kikuti e Paula Rocha (2018), com o intuito de identificar o perfil do grupo de mulheres jornalistas em 2017, incluindo profissionais que trabalhavam dentro da mídia (em veículos jornalísticos), fora da mídia (em assessorias de comunicação e imprensa) e em docência. No conjunto da pesquisa, as mulheres eram 754 respondentes, e correspondiam a 61,2% do total da amostra. A maior parte dessas jornalistas era branca (74,4%) e relativamente jovem, na faixa etária entre 23 e 41 anos (76,25%). A maioria delas residia nas regiões Sudeste (38,46%) e Sul (34,35%), que juntas somavam 72,81%.⁹ Quanto ao estado civil, mulheres casadas e em união estável correspondiam a 49,33% das respondentes, enquanto 41,51% estavam solteiras (as demais 9,14% se declararam separadas, divorciadas ou viúvas). Era notório o investimento em educação formal por parte das profissionais, evidenciando alto grau de qualificação.¹⁰

Kikuti e Rocha (2018) identificaram os movimentos traçados pelas jornalistas que trabalhavam especificamente em veículos de mídia em 2012 (eram 280 no total) para ver onde estavam cinco anos depois, aferindo os cargos que ocupavam, renda, jornada de trabalho, tipo de vínculo empregatício e número de empregos. No período de cinco anos, os dados demonstraram significativa migração de profissionais para fora do Jornalismo – e um maior número de mulheres que saíram da mídia e da profissão em relação aos homens.

Tabela 1 - Trajetórias profissionais de jornalistas na mídia (2012-2017)

Trajetórias	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Permaneceram na mídia	118	42,1	138	58,2
Saíram da mídia e foram para outras atividades jornalísticas (inclui docência)	71	25,4	39	16,5
Saíram do jornalismo	91	32,5	60	25,3
Total	280	100	237	100

Fonte: Pesquisa “Trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros (2012-2017)”.

#PraTodoMundoVer Tabela com seis linhas e cinco colunas. A primeira coluna localiza profissionais que permaneceram na mídia, saíram da mídia e foram para outras atividades jornalísticas (incluindo docência), saíram do jornalismo e o total. A segunda e a terceira colunas indicam a quantidade e a porcentagem, respectivamente, de mulheres que permaneceram na mídia, 118 representando 42,1%, que saíram da mídia e foram para outras atividades jornalísticas, 71, representando 25,4%, que saíram do jornalismo, 91, representando 32,5%; e o total, 280, 100%. A quarta e a quinta colunas indicam a quantidade e a porcentagem, respectivamente, de homens que permaneceram na mídia, 138, representando 58,2%, que saíram da mídia e foram para outras atividades jornalísticas 39, representando 16,5%, que saíram do jornalismo, 60, representando 25,3% e o total 237, 100%.

Menos da metade das 280 mulheres respondentes que estavam na mídia em 2012 permaneciam nesse segmento da atividade jornalística em 2017: eram 118, ou 42% do total (Tabela 1). O número de homens respondentes que continuou na mídia foi maior, em quantidade e proporção: 138 (58,2% dos 237 respondentes) (KIKUTI; ROCHA, 2018). Embora não sejam representativos da categoria, os dados sugerem um processo de desfeminilização (ou remasculinização) da mídia jornalística em contexto de crise, uma vez que, em quase todos os casos, as demissões realizadas no período implicaram o fechamento dos postos de trabalho (sem sua substituição por outros profissionais). A mudança nas trajetórias profissionais dos participantes da pesquisa suscita a hipótese de que o trabalho jornalístico na mídia, que era majoritariamente feminino em 2012, voltou a ser predominantemente masculino cinco anos depois. Se confirmada, essa mudança representaria a reversão da tendência à feminilização constatada desde o início do século. Contudo, como alertaram Mick e Estayno (2018, p. 9), “não é possível conhecer, por esses dados, como variou o estoque geral de empregos para jornalistas na mídia ou em outras áreas de atuação no período”. Uma vez que a categoria não tem um órgão central de monitoramento

⁹ Em âmbito nacional, correspondem às regiões que mais empregam jornalistas, contudo, aqui, também há a ressalva de a pesquisa ter sido sediada na região Sul (Santa Catarina e Paraná), o que pode ter influenciado em um maior retorno das respondentes.

¹⁰ Em 2017, 35,14% das jornalistas indicaram ter ensino superior completo, 39,25% haviam feito especialização, 18,30% cursaram mestrado, 5,57% doutorado e 1,59% pós-doutorado.

da atividade profissional, como um conselho ou ordem, para aferir a distribuição por gênero no conjunto do jornalismo, são necessárias novas pesquisas de perfil da categoria como as de Figaro (2013) ou Lima e Mick (2013). A pesquisa de trajetórias, por se tratar de um estudo longitudinal, sinaliza claramente maior deslocamento das mulheres para fora do jornalismo, em comparação aos pares masculinos – embora o dado seja insuficiente para indicar que os homens passaram a ocupar a maioria dos postos de trabalho em jornalismo de mídia no Brasil.

Em praticamente todos os cargos de mídia observou-se queda no número total de profissionais nesses cinco anos, com destaque para editor(a) e repórter (Tabela 2). Mais uma vez, as mulheres deixaram mais a profissão do que os homens. Entre os editores homens, houve queda de 33,3% e, entre as mulheres, 42,4%. Já os cargos de repórter deixaram de ser ocupados por 51% dos homens e 66,9% das mulheres. De acordo com Kikuti e Rocha (2018), esta diminuição poderia ser explicada, além de pelas demissões, pelas ascensões na carreira: para evoluir na profissão, o(a) jornalista muda de cargo em busca de melhores salários. No entanto, não foi observado crescimento significativo na quantidade de profissionais em postos mais altos. Apenas um tipo de cargo de chefia teve crescimento entre as mulheres, o de diretora/gestora: em 2012, eram duas profissionais exercendo este cargo, e, em 2017, eram cinco.

Tabela 2 - Distribuição de jornalistas de mídia, por gênero, nas funções de repórter e editor(a) (2012-2017)

Função	2012		2017	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Repórter	133	98	44	48
Editor/a	66	63	38	42

Fonte: Pesquisa “Trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros (2012-2017)”.

#PraTodoMundoVer Tabela com cinco colunas e três linhas. A primeira coluna traz as funções repórter e editor(a). A segunda e a terceira colunas indicam a quantidade de mulheres e homens nessas duas funções em 2012, sendo 133 mulheres repórteres, 98 homens repórteres, 66 editoras mulheres e 63 editores homens. A quarta e a quinta colunas indicam a quantidade de mulheres e homens nas duas funções em 2017, sendo 44 mulheres repórteres, 48 homens repórteres, 38 mulheres editoras e 42 editores homens.

O fechamento de postos de trabalho acarreta outro elemento da precarização da profissão: o acúmulo de funções entre trabalhadores(as) jornalistas. No recorte de gênero, ele aparece mais entre as mulheres. Em 2017, elas acumulavam, em média, 3,8 funções em organizações de mídia, enquanto, para eles, o índice era 3,6. Embora os dados apontem relativa paridade quantitativa entre o número de mulheres jornalistas no mercado de trabalho (incluindo o conjunto dos segmentos dentro e fora da mídia), não há uma equiparação nas relações de gênero na divisão sexual do trabalho e nas relações de trabalho entre pares, superiores e fontes. Nas contrações horizontal e vertical da pirâmide profissional, as mulheres são maioria na base da pirâmide (Dione MOURA; ROCHA; Béatrice DAMIAN-GALLIARD; Florence LE CAM, 2018). Em segmentos fora da mídia, são mais qualificadas, mas recebem remuneração menor que a masculina (ROCHA, 2004; LIMA; MICK, 2013) e concentram-se em cargos de execução e chefia intermediária (BANDEIRA, 2019). Homens ganham mais do que mulheres exercendo os mesmos cargos – e, segundo Lelo (2019), essa disparidade salarial se eleva na medida em que o grau de escolaridade é levado em consideração.

Tal constatação já era percebida em 2012 e foi reafirmada em 2017 – reiterando a falta histórica de reconhecimento do trabalho assalariado feminino, identificada por Federici (2017). Em 2012, homens predominavam claramente em todas as faixas salariais mais elevadas, enquanto as mulheres eram maioria somente entre profissionais que ganhavam salários mais baixos (LIMA; MICK, 2013), condição que se reflete entre os respondentes da pesquisa (Tabela 3). Cinco anos depois, em 2017, caiu a porcentagem dos e das profissionais com os níveis salariais mais baixos (até quatro salários mínimos) – o que era esperado, visto que a experiência e o tempo de trabalho os levaram a buscar salários e empregos melhores (PONTES; MICK, 2018). No entanto, continuava maior a concentração de mulheres na faixa salarial mais baixa: 40,6% das mulheres e 30,4% dos homens responderam ganhar até quatro salários mínimos. Na faixa de cinco a dez salários mínimos, as mulheres superavam os homens em porcentagem em 2017, mas, nas faixas mais elevadas (mais de 10 salários mínimos), os homens superavam as mulheres; isso parece documentar o “teto de vidro” que se impõe à trajetória das jornalistas, que até conseguem ascender na pirâmide de renda, sem, contudo, suplantar a dominação masculina.

O aumento de mulheres nas faixas de 5 a 10 salários mínimos e de acima de 10 salários mínimos, assim como o aumento dos homens nas mesmas faixas, pode também estar associado

aos movimentos internos do mercado de trabalho em jornalismo decorrentes da configuração das redações digitais no paradigma pós-industrial, que se tornaram mais enxutas, com um número reduzido de profissionais acumulando funções e cargos, desempenhando "multitarefas" (ROCHA; Simone Pallone de FIGUEIREDO, 2020). Assim, o aumento salarial não corresponde proporcionalmente à valorização do acúmulo do trabalho executado e às responsabilidades demandadas, mas à exploração e à precarização do trabalho.

Tabela 3 - Distribuição percentual de jornalistas de mídia por gênero e faixa de renda (2012-2017)

Faixa de renda	2012		2017	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Até 4 salários mínimos	59,2	39,6	40,6	30,4
De 4 a 5 salários mínimos	13,2	17,7	10,1	17,3
De 5 a 10 salários mínimos	18,9	21,5	38,1	32,6
Acima de 10 salários mínimos	6,7	18,1	10,2	16,6

Fonte: Pesquisa "Trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros (2012-2017)".

#PraTodoMundoVer Tabela com cinco colunas e seis linhas. A primeira coluna localiza as faixas de renda de até 4 salários mínimos, de 4 a 5 salários mínimos, de 5 a 10 salários mínimos e acima de 10 salários mínimos. A segunda e terceira colunas trazem os percentuais de mulheres e homens nessas faixas de renda em 2012, respectivamente, e a quarta e a quinta colunas indicam os percentuais de mulheres e homens nessas faixas em 2017, respectivamente. Em 2012, até 4 salários mínimos eram 59,2% das mulheres e 39,6% dos homens. Em 2017, eram 40,6% das mulheres e 30,4% dos homens. Na faixa de 4 a 5 salários mínimos, eram 13,2% das mulheres e 17,7% dos homens em 2012. Em 2017, eram 10,1% das mulheres e 17,3% dos homens. De 5 a 10 salários mínimos eram 18,9% das mulheres e 21,5% dos homens em 2012. Em 2017, eram 38,1% das mulheres e 32,6% dos homens. Acima de 10 salários mínimos eram 6,7% das mulheres e 18,1% dos homens. Em 2017, nessa faixa, eram 10,2% das mulheres e 16,6% dos homens.

A maioria dos e das jornalistas que trabalham em organizações de mídia tem jornadas extensas de trabalho, mas houve reconfiguração na carga horária entre homens e mulheres nesses cinco anos (Tabela 4). Em 2012, no grupo de respondentes, havia mais mulheres que homens com jornada até 5h, situação que se inverte em 2017. Na faixa entre 5h e 8h, é o oposto que se deu, havendo concentração dessa carga elevada de trabalho entre as mulheres. Com carga entre 8h e 12h, passa a haver equilíbrio entre mulheres e homens, enquanto em jornada acima de 12h se intensifica a presença feminina.

A carga horária de trabalho nas faixas de 8h à 12h e mais de 12h reduziu tanto para as mulheres quanto para os homens. Uma das razões desse movimento pode ser o corte de horas extras para diminuir os custos trabalhistas das empresas no período pós-2012, como forma de enfrentamento da crise econômica que abateu os modelos de gestão vigentes nas empresas de comunicação em âmbito nacional e internacional. A jornada de trabalho no jornalismo é de 5h, podendo ser contratualmente prolongada por mais 2h, com compensação financeira, de acordo com o Decreto-Lei 910 (BRASIL, 1938), primeira legislação sobre a profissão de jornalistas no país. Acima das 7h contempladas no decreto, deve haver maior valorização da hora extra. Talvez isso justifique a elevada concentração de mulheres e homens nas jornadas diárias até 8h, somando os dois primeiros estratos da Tabela 4.

Das respondentes do survey, 28,9% disseram, em 2012, ter mais de uma fonte de renda (mais de um emprego) em funções jornalísticas; em 2017, esse número caiu para 13,5%.¹¹ Entretanto, a quantidade de vínculos empregatícios caiu de 2012 para 2017, tanto para homens quanto para mulheres. Em quase todas as opções do questionário (com vínculo: carteira assinada e cargo comissionado, e sem vínculo: pessoa jurídica (PJ), freelancer, empresário e com contrato

¹¹ Entre os homens, em 2012, eram 27% os que possuíam mais de um emprego concomitante em jornalismo. Já em 2017, caiu para 21%.

de prestação de serviço), o número de respostas foi menor cinco anos depois – o que corrobora a diminuição de postos de trabalho na profissão. Chama atenção a quantidade de vínculos empregatícios com carteira assinada, que caiu de 176 para 72 para as mulheres (40,9%) e de 145 para 84 homens (57,9%). Um dado que pode ajudar a entender essas demissões e flexibilizações de contrato é a taxa de sindicalização – que reflete baixa organização dos e das jornalistas enquanto classe. Só pouco mais de 25% de trabalhadores(as) de mídia eram sindicalizados em 2012 e a maior taxa de não sindicalizados estava entre os mais jovens, com até 30 anos (LIMA; MICK, 2013). A concorrência entre colegas de profissão na disputa dos cargos de trabalho e o discurso “empreendedor” que predomina em cursos e palestras frente à crise das empresas de mídia estimulam jornalistas a pensar de forma mais individualizada (LELO, 2019). Outra explicação é que os e as profissionais não se sentem representados(as) pelas organizações sindicais que deveriam defendê-los(as): a maioria de atuantes na profissão é mulher e jovem, enquanto dirigentes sindicais são, em grande parte, homens de meia idade (LIMA; MICK, 2013). Por fim, as políticas de desidratação dos sindicatos que representam a classe trabalhadora e de fortalecimento do setor empregador deixaram os(as) trabalhadores(as) mais vulneráveis e desassistidos, a exemplo da aprovação da Lei n. 13.467, de 2017 (BRASIL, 2017).

Tabela 4 - Distribuição percentual de jornalistas de mídia por gênero e jornada diária de trabalho (2012-2017)

Jornada diária	2012		2017	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Até 5h	10,7	8,4	9,3	12,3
De 5h a 8h	48,9	55,6	66,9	56,5
De 8h a 12h	36,7	33,3	30,5	30,4
Mais de 12h	3,7	2,7	2,5	0,7

Fonte: Pesquisa “Trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros (2012-2017)”.

#PraTodoMundoVer Tabela com cinco colunas e seis linhas. A primeira coluna localiza a jornada diária em até 5h, de 5h à 8h, de 8h à 12h e mais de 12h. A segunda e a terceira colunas indicam os percentuais de homens e mulheres, respectivamente, em 2012, de acordo com a jornada diária. A quarta e a quinta colunas indicam os percentuais de homens e mulheres em 2017 das quatro faixas de jornada diária. Em 2012, 10,7% das mulheres cumpriram até 5h e 8,4% dos homens. Em 2017, 9,3% das mulheres e 12,3% dos homens cumpriram a jornada até 5h. De 5h à 8h, foram 48,9% das mulheres e 55,6% dos homens em 2012. Em 2017, nessa faixa, foram 66,9% das mulheres e 56,5% dos homens. De 8h à 12h, em 2012, foram 36,7% das mulheres e 33,3% dos homens. Em 2017, foram 30,5% das mulheres e 30,4% dos homens. Mais de 12h, em 2012, foram 3,7% das mulheres e 2,7% dos homens. Em 2017, foram 2,5% das mulheres e 0,7% dos homens.

Embora a sindicalização no jornalismo já não fosse obrigatória, medidas da reforma trabalhista afetaram também as(os) profissionais, possibilitando maior flexibilização nos contratos de trabalho e uso do banco de horas, precarização do trabalho via negociações sem atender à legislação trabalhista e distanciamento do sindicato nas homologações das rescisões de contrato.

Em suma, a combinação de crises reduziu as oportunidades de emprego no jornalismo para mulheres; aquelas que permaneceram são pouco organizadas enquanto classe e sofreram pressões derivadas de acúmulo de funções, jornadas extensas de trabalho e instabilidade nos regimes de contrato. Não à toa, as mulheres também tinham taxas de adoecimento maiores do que os homens por motivos laborais (LIMA, 2018). Ao analisar especificamente os indicadores de saúde da mesma pesquisa sobre trajetórias profissionais de jornalistas apresentada acima, Lima (2018) identifica que, em todas as questões sobre doenças relacionadas ao trabalho (diagnóstico de estresse, LER/DORT, transtorno mental e indicação para uso de antidepressivos), o conjunto de respostas afirmativas foi maior entre as mulheres. Tudo isso sem ver seu trabalho ser reconhecido da mesma forma que o dos homens. E esta desigualdade não é sentida apenas em termos de salário: há outros aspectos que diferenciam o trabalho de pessoas do sexo masculino e feminino, como tipo de trabalho executado, relações de poder dentro das redações e assédio – questões tratadas por autores como Lelo (2019), Veiga da Silva (2012), e que serão discutidas no próximo tópico. Eles também ajudam a compreender o porquê de as trajetórias das mulheres serem diferentes das dos homens em função das peculiaridades que conservam a masculização da profissão.

Desfeminilização e as desigualdades de gênero no jornalismo brasileiro

Vimos, na seção anterior, que, no estudo dos efeitos de crise econômica e sociopolítica posterior a 2013 sobre o trabalho dos jornalistas brasileiros, o emprego das mulheres foi mais precarizado do que o dos homens e parcela significativa delas optou por se desligar da profissão ou se afastar de atividades na mídia. Esse resultado reverte em parte o movimento ocorrido nas décadas anteriores, quando a profissão tornou-se majoritariamente feminina. Por que a feminilização foi interrompida durante a crise, quando seria de se esperar que ela se aprofundasse, diante da trajetória anterior?

A resposta reside no fato histórico de que a *feminilização* não produziu equidade na divisão sexual do trabalho no jornalismo brasileiro, caracterizando o processo de feminização pela reiteração das desigualdades de gênero, tendo a masculinização continuado a produzir seus efeitos em quatro dimensões da vida profissional: a) a divisão sexual do trabalho; b) as culturas organizacionais; c) as culturas profissionais; d) as rotinas produtivas (LELO, 2019). O vínculo entre feminilização e precarização do trabalho está longe de ser uma exclusividade do jornalismo, mas nele a persistência da masculinização estrutura as assimetrias de gênero nas trajetórias profissionais das jornalistas.

No âmbito da divisão sexual do trabalho, Lelo (2019) observa a dificuldade vivenciada pelas repórteres em conciliar o exercício de suas funções com seus projetos familiares, numa carreira que exige cada vez mais sacrifício dos tempos de descanso. Para o autor, a divisão sexual do trabalho obstrui a permanência de mulheres em postos estáveis nas empresas de mídia, já que muitas precisam adequar suas tarefas profissionais à dupla jornada – evidenciando a relação entre segurança e questões de gênero. O trabalho reprodutivo, não pago (trabalho doméstico e do cuidar da família), é também fruto da divisão social do trabalho pago e não pago, das relações desiguais de gênero estruturantes do capitalismo em conjunção com um sistema cultural e social que tem como alicerce a ordem patriarcal (FEDERICI, 2019). O teto de vidro (Linda STEINER, 2014) está imbricado nesta lógica de que o mando é masculino e a sujeição é feminina. Há fissuras, como a participação das mulheres em cargos de chefia intermediários (BANDEIRA, 2019), porém com baixa incidência no topo da pirâmide profissional. No contexto de crise, a mídia brasileira mandou parte das mulheres para casa.

As culturas organizacionais se referem às formas habituais segundo as quais o trabalho é organizado dentro das redações, uma estrutura que impacta as práticas cotidianas das e dos jornalistas. Essas culturas organizacionais são reforçadas pela estrutura dos meios de comunicação do Brasil, que é financeirizada, familiar e patriarcal,¹² favorecendo a manutenção do poder nas mãos de herdeiros homens, que tomam as decisões sobre quem alcança os cargos de maior poder no meio. Lelo (2019) denuncia a existência de uma homossocialidade masculina, que consiste na inclinação dos profissionais em atribuírem pautas de maior destaque aos colegas do mesmo gênero, assim como a compartilharem contatos e informações unicamente entre si. As culturas organizacionais no jornalismo são campos dominados por valores machistas (VEIGA DA SILVA, 2012), sendo que as mulheres são prejudicadas na divisão de tarefas por não se enquadrarem nos modelos de masculinidade idealizados pela redação. Steiner (2014) afirma que há uma associação direta das eventuais falhas no trabalho feminino de gestoras a uma suposta “feminilidade” das ocupantes do cargo, enquanto, para os homens, não existe qualquer julgamento relacionando suas competências técnicas e sua masculinidade. “Se o comportamento [das gestoras] confirma os estereótipos acerca das mulheres, elas não são vistas como líderes apropriadas; se o seu comportamento é consistente com os estereótipos de liderança, elas não são pensadas como mulheres adequadas” (STEINER, 2014, p. 626). De modo coerente com esses traços da cultura organizacional, o emprego de homens é protegido em tempo de crise (assim como as posições superiores no campo profissional, igualmente masculinas).

O vetor da cultura profissional trabalhado por Lelo (2019) tem conexão direta com o anterior, e diz respeito às relações estabelecidas entre os(as) trabalhadores(as) de mídia nas suas atividades cotidianas. Nesse ponto, percebe-se a designação de pautas consideradas mais “brandas” (*soft news*) para as mulheres, tradicionalmente ligadas a assuntos culturais e aos aspectos do estereótipo de “feminilidade” (entretenimento, moda, beleza, comportamento), enquanto as matérias de maior fôlego e impacto na opinião pública (*hard news*) ficam a cargo de seus colegas masculinos. Veiga da Silva (2012, p. 501) chega a uma conclusão similar ao analisar o dia a dia de trabalho em uma redação, e afirma:

Para as notícias relacionadas ao investigativo, ao risco, etc., os profissionais propostos eram exclusivamente do sexo masculino, e com determinadas características de gênero consolidadas

¹² Segundo o levantamento Media Ownership Monitor, cinco famílias controlam metade dos 50 veículos com maior audiência no país: Globo (família Marinho), Bandeirantes (família Saad), Record (família Macedo), RBS (família Sirotsky) e Folha (família Frias). Disponível em <https://brazil.mom-rsf.org/en/media/>.

e reconhecidas por seus pares – ou seja, mulheres, ou mesmo homens que não possuíssem características reconhecidamente associadas aos atributos masculinos já mencionados, não eram pensados como alternativa capaz de executar tais matérias.

Os estereótipos de gênero são funcionais para o sistema capitalista: o atributo de “feminilidade” foi construído “como uma função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico” (FEDERICI, 2017, p. 31). O jornalismo parece ter reiterado esta lógica, à medida que a feminilização acarretou uma divisão sexual do trabalho desigual, com maior exploração da mão de obra feminina, sem ocasionar transformações substanciais na profissão pela perspectiva de gênero. Mais uma vez, a manutenção do estatuto masculino favoreceu a dispensa e saída de mulheres durante a crise.

Por fim, no âmbito das rotinas produtivas, é alarmante que 64,8% das mulheres jornalistas já tenham sofrido assédio, intimidações ou ameaças em seu trabalho, sendo os principais agressores os entrevistados (as fontes), seguidos de seus colegas de trabalho e seus superiores hierárquicos (LELO, 2019). O autor relata casos de mulheres vítimas de violência durante coberturas jornalísticas que, posteriormente, passaram a evitar cobrir determinadas pautas, como guerras e manifestações de rua, a fim de esquivar-se de novos casos. Levantamento recente aponta que 58,4% das vítimas de abuso e 32,7% das mulheres assediadas reportaram o caso a seus superiores, no entanto, os resultados foram ainda mais prejudiciais para as vítimas: alguns casos são tratados com clima de impunidade, como no caso de uma jornalista paquistanesa que disse “não haver justiça para mulheres em seu país”; uma jornalista britânica a quem disseram para “parar de reclamar” e uma jornalista indiana que reportou: “meu chefe não acreditou em mim, disse que eu estava exagerando e me disse para crescer” (Alana BARTON; Hannah STORM, 2014, p. 12, tradução nossa).¹³ Em outros casos, ainda segundo o estudo, contar que estava sendo abusada desencadeou uma escalada de agressões, e motivou uma demissão posterior da vítima. No Brasil, uma pesquisa do site Gênero e Número, em parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em 2017, relatou que 86,4% das jornalistas entrevistadas já passaram por ao menos uma situação de discriminação de gênero e 70,2% já presenciaram ou souberam de uma colega sendo assediada no ambiente de trabalho. Frequentemente, a cultura machista no ambiente de trabalho de jornalistas (seja dentro ou fora da redação) resulta em diversos tipos de violências – um aspecto constituinte da desigualdade de gênero nas rotinas que impacta diretamente as trajetórias profissionais (Natália MAZOTTE; Verônica TOSTE, 2019).¹⁴ Mais uma vez, rotinas produtivas centradas em privilégios masculinos favorecem a desfeminilização da profissão durante a crise.

Em vista desse conjunto de fatores, Lelo refuta a premissa de que a feminilização da profissão de jornalista poderia produzir significativa transformação nas assimetrias de gênero – observação com a qual concordamos. “O alto percentual de mulheres no jornalismo não é capaz, per se, de subverter as assimetrias solidamente enraizadas no tecido social” (LELO, 2019, p. 154). A luta pela isonomia das condições de trabalho entre homens e mulheres no jornalismo vai além de simples mudanças individuais e, sim, tem a ver com a subversão da estrutura machista, masculinista e capitalista do jornalismo. O fechamento de postos de trabalho para jornalistas em contexto de crise, levando parte delas a abandonar a profissão, é uma comprovação trágica dessa realidade histórica.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, procuramos demonstrar como as desigualdades de gênero nas trajetórias profissionais de jornalistas, reveladas pelos surveys, são explicadas pelos alicerces históricos nos quais o próprio campo do jornalismo é estruturado. Desigualdades nas trajetórias constatam-se em diversos aspectos, tais como salários, acesso a cargos de chefia, tipos de vínculo empregatício, jornadas de trabalho, taxas de adoecimento com causa laboral, relações de poder entre seus colegas de profissão, distribuição desfavorável de tarefas e assédio. E têm como ápice taxas mais elevadas de desemprego para mulheres durante o período de crises, levando muitas delas a abandonar a profissão.

Todos os fatores que, juntos, estruturam a forma como o jornalismo funciona (ao menos, o jornalismo *mainstream*), se aproximam em demasia dos vetores de discriminação de gênero próprios ao modo de produção capitalista, alicerçado na acumulação primitiva e na degradação de todos os sujeitos a quem explora, incluindo, de modo muito particular, as mulheres. Conforme resume Federici (2019):

O capitalismo precisa se justificar e mistificar as contradições incrustadas nas suas relações sociais – a promessa de liberdade frente à realidade da coação generalizada, e a promessa da prosperidade frente à realidade de penúria generalizada – difamando a “natureza”

¹³ “My boss didn’t believe me and said I was overreacting and told me to grow up.”

¹⁴ Isso sem falar na misoginia presente nos comentários a notícias escritas por repórteres femininas – herança histórica da sociedade patriarcal.

daqueles a quem explora: mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização (p. 37).

Essa aproximação não é casual ou coincidência: o jornalismo também é filho do capitalismo, produto histórico da sociedade burguesa – a despeito de seu potencial revolucionário, que extrapola o limite de sua origem: o de ser uma forma de conhecimento que se distingue e complementa as mediações trazidas pela ciência e a arte para compreender o mundo (Adelmo GENRO FILHO, 1984).¹⁵ O singular, no caso brasileiro que aqui examinamos, é que a feminização produzida pela feminilização não alterou a cultura profissional e organizacional masculizada. O jornalismo alonga os efeitos de gênero próprios à sociabilização capitalista, ao contrário do que ocorre em ocupações ou ofícios transformados pela presença majoritária de mulheres em sua composição.

Essas observações se baseiam em estudo quantitativo com amostragem não representativa, e vários tipos de investigações podem ajudar a corroborar (ou refutar, ou refinar) a tese aqui apresentada. No âmbito da categoria profissional, novas etapas das pesquisas focadas na composição sociodemográfica dos jornalistas e em suas mutações (LIMA; MICK, 2013; FIGARO, 2018; Fábio Henrique PEREIRA, 2020) poderão aferir se a desfeminilização se confirma como um movimento do mercado de trabalho no contexto de crise. Além disso, estudos em outras profissões ou ocupações poderão comprovar se a desfeminilização é um fenômeno próprio a categorias que permanecem masculizadas (como o jornalismo) ou se alcança também aquelas cuja substância foi alterada pela presença de mulheres.

Por fim, novos estudos podem refletir sobre circunstâncias que favoreçam a feminização do jornalismo, num movimento capaz de promover condições igualitárias de trabalho e permanência no mercado para homens e mulheres. Ao olharmos para as organizações recentes de mídia, ditas independentes, sem fins lucrativos e com formas plurais de garantir sustentabilidade (como doações de leitores, por exemplo), ao menos algumas delas parecem experimentar regimes igualitários de trabalho, no que diz respeito às diferenças de gênero. Esses novos modelos, distintos em muitos aspectos do jornal-empresa, também são muito variados entre si, de modo que é difícil enxergá-los sob uma chave única. Um denominador comum a essas iniciativas parece ser sua oposição à lógica *mainstream* no que diz respeito a formato, práticas e rotinas de produção, sinalizando “um jeito diferente de fazer o jornalismo, onde as regras do mercado e da indústria convencional não aprisionariam a criatividade e a liberdade autoral dos produtores” (Evandro ASSIS; Leonel CAMASÃO; Mariana SILVA; Rogério CHRISTOFOLETTI, 2017, p. 7). Tais veículos têm potencial para empoderar comunidades e permitir que histórias, que de outra forma não seriam cobertas, sejam financiadas. Contudo, “a natureza precária desse trabalho e a falta de mecanismos de suporte institucional tornam essas novas formas de jornalismo digital mais vulneráveis às pressões externas” (Kari KARPPINEN; Halvard MOE, 2016, p. 111, tradução nossa).

Na mídia independente na América Latina, a maioria é chefiada por mulheres: 62% de 100 iniciativas do tipo no continente têm ao menos uma mulher em sua criação e 57% possuem mulheres em cargos de direção (David LAFONTAINE; James BREINER, 2017). Em outras palavras, mulheres têm mais voz e voz no jornalismo independente do continente, contrastando com a direção na mídia tradicional, ainda composta majoritariamente por homens. As mulheres estão tirando proveito das facilidades oferecidas por esses modelos para conformar as barreiras de gênero da mídia tradicional e criar suas próprias organizações de mídia: “(...) há uma considerável evidência empírica de que organizações de mídia lideradas por mulheres são mais cooperativas, mais passíveis de formarem parcerias e compartilhar recursos, e elas também estão produzindo algumas das mais importantes coberturas em comunidades desfavorecidas” (LAFONTAINE; BREINER, 2017, p. 41). Resta investigar se, em situações de crise, essas novas mídias tendem a proteger os empregos das mulheres – ou se, seguindo o exemplo das mídias *mainstream*, associam precarização e feminização quando lhes convém, para desfeminilizar sempre que for preciso.

Referências

ASSIS, Evandro; CAMASÃO, Leonel; SILVA, Mariana Rosa; CHRISTOFOLETTI, Rogério. “Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea”. *Revista Pauta Geral*, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2017. Disponível em <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/9899>. Acesso em 23/06/2019.

¹⁵ Ao defender que o desenvolvimento do jornalismo é essencial para a liberdade humana, Genro Filho aponta: “Um enfoque verdadeiramente dialético-materialista deve buscar a concreticidade histórica do jornalismo, captando, ao mesmo tempo, a especificidade e a generalidade do fenômeno. Deve estabelecer uma relação dialética entre o aspecto histórico-transitório do fenômeno e sua dimensão histórico-ontológica. Quer dizer, entre o capitalismo (que gestou o jornalismo) e a totalidade humana em sua autoprodução. Dito de outro modo, o jornalismo não pode ser reduzido às condições de sua gênese histórica, nem à ideologia da classe que o trouxe à luz”.

BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen da Silva. *Jornalismo e feminização da profissão: Um estudo comparativo entre Brasil e Portugal*. 2019. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

BARTON, Alana; STORM, Hannah. *Violence and Harassment Against Women in the News Media: a global picture*. Washington: International Women Media Foundation; London: International News Safety Institute, 2014. Disponível em <https://www.iwmf.org/wp-content/uploads/2018/06/Violence-and-Harassment-against-Women-in-the-News-Media.pdf>. Acesso em 18/05/2020.

BOHÈRE, Guy. *Profession: Journalist. A Study on the working conditions of journalists*. Genebra: International Labour Organization, 1984.

BOSCO, Estevão; FERREIRA, Leila. "Sociedade mundial de risco: teoria, críticas e desafios". *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, n. 42, p. 232-264, maio/ago. 2016. DOI: 10.1590/15174522-018004211. Acesso em 20/06/2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 910, de 30 de novembro de 1938. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-910-30-novembro-1938-349925-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20dura%C3%A7%C3%A3o%20e%20condi%C3%A7%C3%A3o%20de%20trabalho%20em%20empresas%20jornal%C3%ADsticas.&text=ESTABELECIMENTOS%20E%20PESSOAS-,Art.,com%20as%20exce%C3%A7%C3%B5es%20e%20previstas>.

BRASIL. Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. Brasília, 2017. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm.

CARNEIRO, Sueli. "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamentos feministas: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 313-321.

CASAQUI, Vander. "Estudos da cultura empreendedora no campo da comunicação: macroproposições, narrativas, inspiração". *Galáxia*, São Paulo, n. 37, 2018. DOI: 10.1590/1982-2554132741.

CHARRON, Jean; DE BONVILLE, Jean. *Natureza e transformação do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2016.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. *Calibá e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Coletivo Sycorax (tradução). São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, revolução e luta feminista*. Coletivo Sycorax (tradução). São Paulo: Elefante, 2019.

FIGARO, Roseli. *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*. São Paulo: Atlas, 2013.

FIGARO, Roseli. *As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos às corporações de mídia*. São Paulo: ECA-USP, 2018.

GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante, 2018.

GAGO, Verónica. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Elefante, 2020.

GENRO FILHO, Adelmo. *O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê, 1984.

HANITZSCH, Thomas; HANUSCH, Folker. "Does gender determine journalists' professional views? A reassessment based on cross-national evidence". *European Journal of Communication*, v. 27, n. 3, p. 257-277, 2012. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0267323112454804>. Acesso em 23/06/2020.

HARAWAY, Donna. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HIRATA, Helena. "Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão". *Cad. CRH*, n. 24, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400002>.

ILO. International Labor Office. *Conditions of Work and Life of Journalists*. Genebra: Etudes et Documents, Série L, 1928.

KARPPINEN, Kari; MOE, Halvard. "What we talk about when we talk about media Independence". *Javnost – The Public*, v. 23, n. 2, p. 105-119, 2016. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13183222.2016.1162986>. Acesso em 28/07/2018.

KIKUTI, Andressa; ROCHA, Paula M. "Mercado de trabalho e trajetória profissional de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil". In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 16, 2018, São Paulo, SBPJor. Anais... São Paulo: SBPJor, 2018, p. 1-14.

LAFONTAINE, David; BREINER, James. *Ponto de Inflexão – Impacto, Ameaças e Sustentabilidade: um estudo dos empreendedores digitais latino-americanos*. Sembra Media/Omidyar Network, 2017.

LAMEIRAS, Maria Andreia P.; CORSEUIL, Carlos Henrique L.; RAMOS, Lauro Roberto A.; CARVALHO, Sandro Sachett de. "Mercado de Trabalho". *Carta de Conjuntura* n. 43. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasil, 2019. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190618_cc_43_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em 22/06/2020.

LEITE, Aline T. B. *Profissionais da mídia em São Paulo: Um estudo sobre profissionalismo, diferença e gênero no jornalismo*. 2015. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

LELO, Thales Vilela. *Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional*. 2019. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

LIMA, Samuel; MICK, Jacques. "Sindicalização e identidade política dos jornalistas brasileiros". *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 4-24, jan./jun. 2013. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/issue/view/1988>. Acesso em 20/06/2020.

LIMA, Samuel; MICK, Jacques. *Perfil do jornalista brasileiro. Características demográficas, políticas e do trabalho*. Florianópolis: Insular, 2013.

LIMA, Samuel. "Os impactos do mercado jornalístico na vida dos trabalhadores: um estudo sobre indicadores de saúde dos jornalistas brasileiros". In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 16, 2018, São Paulo, SBPJor. Anais... São Paulo: SBPJor, 2018, p. 1-16.

MAZOTTE, Natália; TOSTE, Verônica (Coords.). *Mulheres no Jornalismo Brasileiro*. Brasil: ABRAJ/Gênero e Número, 2019. Disponível em <https://www.mulheresnojornalismo.org.br/>. Acesso em 18/05/2020.

MICK, Jacques; ESTAYNO, Sabina. "Jornalistas na crise: as carreiras interrompidas na mídia e a estrutura dual da profissão (2012-2017)". In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 16, 2018, São Paulo, SBPJor. Anais... São Paulo: SBPJor, 2018, p. 1-18.

MICK, Jacques; TAVARES, Luisa. "Governance of Journalism and Alternatives to the Crisis". *Brazilian Journalism Research*, v. 13, n. 2, p. 120-145, 2017. Disponível em <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/948/924>. Acesso em 23/06/2019.

MONTEIRO, Rosa; FREITAS, Vivalda; DANIEL, Fernanda. "Condições de trabalho num universo profissional feminizado". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018. DOI: 10.1590/%25x. Acesso em 23/06/2020.

MOURA, Dione; ROCHA, Paula M.; DAMIAN-GALLIARD, Béatrice; LE CAM, Florence. "Gender Intersectionality and horizontal and vertical concentration of women journalists in Brazil, France and Belgic Francophone's journalism. An introduction to the question." In: 1st BRAZIL-FRANCE – FRANCOPHONE BELGIUM JOURNALISM RESEARCH, 2018, São Paulo, SBPJor. Anais... São Paulo: SBPJor, 2018, p. 1-11.

NICOLETTI, Janara; MICK, Jacques. "Influências da precarização na qualidade jornalística: construção de uma matriz de indicadores". *Revista Passagens*, Fortaleza, v. 9, p. 127-141, 2018. Disponível em http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38547/1/2018_art_jnicolettijmick.pdf. Acesso em 23/06/2020.

ÖRNEBRING, Henrik. "Journalists thinking about precarity: Making sense of the 'new normal'". *International symposium online journalism*, v. 8, n. 1, p. 109-126, 2018.

PEREIRA, Fábio Henrique. "Old journalists' in a 'new media' environment? A study on the career choices of digital journalists". *The Journal of International Communication*, v. 26, p. 36-58, 2020. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13216597.2019.1677261?journalCode=rico20>. Acesso em 15/06/2020.

PONTES, Felipe Simão; MICK, Jacques. "Crise e mercado de trabalho: trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil (2012-2017)". In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 27, 2018, Belo Horizonte, Compós. *Anais...* Belo Horizonte: Compós, 2018, p. 1-19.

PRONI, Thaíssa T. R. W.; PRONI, Marcelo W. "Discriminação de gênero em grandes empresas no Brasil". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 26, p. 1-21, 2018. DOI: 10.1590/1806-9584.2018v26n141780. Acesso em 23/06/2020.

ROCHA, Paula Melani. *As mulheres jornalistas no Estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira*. 2004. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

ROCHA, Paula Melani. "Inovação tecnológica e conhecimento científico em Jornalismo". In: COORDENAÇÃO GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. (Org.). *Atas dos Dias da Investigação na UFP Research Days Proceedings 2017*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2017.

ROCHA, Paula Melani; FIGUEIREDO, Simone Pallone de. "Configurações da organização tecnológica do trabalho jornalístico em rede no modelo pós-industrial: idiossincrasias e similaridades em realidades extremas". *Comunicação & Inovação*, São Caetano do Sul, v. 25, n. 45, p. 67-91, 2020. DOI: 10.13037/ci.vol21n45.6189. Acesso em 23/06/2020

ROCHA, Paula Melani; SOUSA, Jorge Pedro. "A atual formação dos jornalistas e o mercado de trabalho: uma comparação entre Brasil e Portugal". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31, 2008, Natal, Intercom. *Anais...* Natal: Intercom, 2008, p. 1-15.

SANTOS, Abinoan Santiago dos; BARBOSA, Paula Evelyn; ROCHA, Paula Melani. "As condições de precarização do trabalho e da segurança de jornalistas investigativos independentes". In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM JORNALISMO INVESTIGATIVO, 5, 2018, São Paulo, Abraji. *Anais...* São Paulo: ABRAJI, 2018, p. 1-21.

STEINER, Linda. "Glassy architectures in journalism". In: CARTER, Cynthia; STEINER, Linda; McLAUGHLIN, Lisa (Orgs.). *The Routledge Companion to Media and Gender*. London and New York: Routledge, 2014. p. 620-631.

VEIGADA SILVA, Márcia. "Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo". *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 490-505, 2012. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2012v9n2p490>. Acesso em 23/06/2020.

VOLT. *A conta dos passarinhos*, 2018. Disponível em <http://bit.ly/passarinhos>. Acesso em 22/06/2020.

YANNOULAS, Silvia Cristina. *Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações*. Brasília: Abaré, 2013.

YANNOULAS, Silvia Cristina. "Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria". *Temporalis*, Vitória, ano 11, n. 22, p. 271-292, 2011. Disponível em <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368>. Acesso em 19/03/2020.

Andressa Kikuti Dancosky (andressakikuti@gmail.com) é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde estuda trajetórias profissionais de mulheres jornalistas. Bolsista Capes. Pesquisadora dos grupos de pesquisa Flexmedia Lives, GPSJor e objETHOS. Mestre e bacharel em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Jacques Mick (jacques.mick@ufsc.br) é professor dos programas de Pós-Graduação em Jornalismo e em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenador do Laboratório de Sociologia do Trabalho – LASTRO.

Paula Melani Rocha (pmrocha@uepg.br) é professora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordena os grupos de pesquisa “O Conhecimento no Jornalismo” e “Jornalismo e Gênero”.

COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

DANCOSKY, Andressa Kikuti; MICK, Jacques; ROCHA, Paula Melani. “Masculização e desfeminilização no jornalismo em crise no Brasil (2012-2017)”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 2, e75032, 2022.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Andressa Kikuti Dancosky: concepção, coleta de dados, análise de dados, elaboração do manuscrito, redação, discussão dos resultados.

Jacques Mick: concepção, elaboração do manuscrito, redação, discussão dos resultados, revisão.

Paula Melani Rocha: concepção, coleta de dados, análise de dados, redação, discussão dos resultados, revisão.

FINANCIAMENTO

Este artigo integra o projeto de pesquisa “flexMediaLives – Aferição e análise de riscos biográficos em mercados de trabalho flexíveis por meio de big data: o caso das carreiras de jornalistas na França e no Brasil”, financiado pelo CNPq (407048/2016-2). O projeto reúne, no Brasil, pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); na França, a equipe atua no laboratório de pesquisa Pacte, da Universidade de Grenoble.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 23/06/2020

Reapresentado em 23/12/2021

Aceito em 03/02/2022

